

Contributo de Angola para a Segurança Energética Chinesa

Carla Fernandes

Licenciada em História e Mestre em Estudos Chineses. Doutoranda em Relações Internacionais na FCSH e docente no Departamento de Estudos Políticos da FCSH da Universidade Nova de Lisboa

Resumo

A República Popular da China é o segundo maior consumidor e importador de petróleo, depois dos EUA. Segundo a Agência Internacional de Energia, em 2030, ultrapassará os Estados Unidos e passará a ser o maior consumidor mundial. O presente artigo analisa o papel de Angola na estratégia da liderança chinesa em busca de uma maior segurança energética.

Abstract

Angola's Contribution to China's Energy Security

The People's Republic of China is the world's second largest oil consumer and importer. The U.S. International Energy Agency predicts that by 2030, China will surpass the United States and will become the world's largest oil consumer. This article analyzes Angola's role in the strategy adopted by the Chinese leaders and China's quest for a greater energy security.

Da Auto-suficiência à Contínua Dependência

A República Popular da China (RPC) emergiu de uma guerra civil em 1949 com a ambição de uma rápida modernização e industrialização, mas com uma base produtiva de petróleo muito pequena. Até meados da década de 60 do século XX, pertencia ao grupo de países importadores de petróleo, e foi só com a descoberta dos campos de petróleo no nordeste chinês, que passou a ser auto-suficiente energeticamente e a exportar posteriormente pequenas quantidades de petróleo para países vizinhos.

O apoio e a assistência técnica da União Soviética foram importantes para o desenvolvimento do sector energético nos anos 50 do século XX. Com a cisão sino-soviética em 1960, a China viu-se não só sem o apoio dos especialistas soviéticos mas também sem o fornecimento de 50% de petróleo importado da União Soviética. Perante uma situação de crise de abastecimento aliada às consequências económicas graves do “Grande Passo em Frente”, a “auto-suficiência” (*zili gengsheng*) passou a ser o principal objectivo da política energética chinesa. No entanto, com a maturidade dos poços supra referidos, que forneciam metade do petróleo consumido no país, a não descoberta de fontes de substituição internas e o aumento de consumo de energia a partir da liberalização da economia dos anos 80 do século XX, a questão da segurança energética começou a emergir como uma preocupação para os líderes chineses.

Em 1993, a China passou a ser um país importador de petróleo. No início, as quantidades importadas eram pequenas, o mercado internacional de petróleo tinha amplos fornecimentos, a preços estáveis e baixos, não apresentando uma grande ameaça para a segurança energética chinesa. Contudo, depois do 11 de Setembro de 2001 e com o início da Guerra do Iraque, a fonte mais importante de importação de petróleo chinesa – o Médio Oriente –, começou a ser percebida como insegura. Por seu turno, aumentou drasticamente a procura doméstica de energia, incluindo o petróleo. Em 2003, a China ultrapassa o Japão e passa a ser o segundo maior consumidor de petróleo mundial, a seguir aos EUA.

O consumo de petróleo não é acompanhado ao mesmo ritmo pela produção interna. Este contínuo aumento do consumo deve-se ao aumento do sector de transportes, do número de veículos privados e à crescente urbanização. Entre 1990 e 2007, a população urbana da China duplicou, passando de 300 para 600 milhões, e o número de passageiros por carro aumentou de 1.6 para 43.58 milhões. A taxa de urbanização na China cresceu de 20% em 1980 para 45% em 2008, projectando-se que em 2030 a população urbana atinja os 900 milhões de habitantes (Xiaoyu Yan, 2010, p. 655).

Segundo dados da Agência Internacional da Energia, o consumo de petróleo na China irá aumentar de 7.8 milhões de barris por dia (mb/d) em 2008 para 16.3 mb/d em 2030, enquanto a produção doméstica de petróleo na China irá diminuir de 4.0 mb/d em 2008 para 3.2 mb/d em 2030 (EIA, 2009; IEA, 2009, p. 81). Como resultado, as necessidades de importação do país irão aumentar e a taxa de dependência de importação passará de 52% em 2008 para 80% em 2030 (*Ibidem*, pp. 81 e 84).

Em Junho de 2010, a Agência Internacional de Energia de Paris apresentou um relatório, no qual era defendido que a China tinha sido o maior consumidor de energia do mundo em 2009, ultrapassando os Estados Unidos. Segundo a mesma fonte, consumiu 2,252 mil milhões de toneladas métricas de equivalente de petróleo (TPE) em 2009, na forma de crude, carvão, gás natural, energia nuclear e fontes renováveis, ou seja, cerca de 4% mais que os Estados Unidos (Swartz, 2010). Embora o governo chinês tenha discordado dos dados apresentados pela AIE, o consumo de energia na China irá continuar a aumentar, significando que assegurar fontes de energia para o próximo, médio e longo prazo, é um dos maiores desafios que os líderes chineses enfrentam.

A Segurança Energética Chinesa e a Segurança Nacional

A crescente dependência das importações de petróleo criou um sentimento de insegurança energética para Pequim. Os riscos e ameaças associados a essa dependência, como uma eventual escassez da oferta ou o aumento acentuado nos preços do petróleo, são questões de grande preocupação para o governo.

Como referem Stein Tønnesson e Åshild Kolås (2006, p. 19), os líderes políticos chineses têm três grandes preocupações: a primeira, a possibilidade de rupturas bruscas na oferta de petróleo para o mercado global poder provocar uma grave escassez de energia e picos nos preços, afectando negativamente a economia Chinesa; a segunda, a possibilidade da China ser afectada por interrupções do fluxo energético provenientes de regiões exportadoras instáveis, como o Golfo Pérsico, a Ásia Central e África; e a terceira e última, o Japão e os EUA poderem tentar negar o fornecimento vital de petróleo à China devido a um possível confronto por Taiwan.

A possibilidade da China ser afectada por interrupções do fluxo energético prende-se com o facto das importações de petróleo estarem concentradas num número de países localizados em zonas instáveis e volúveis. Desde 1993, o Médio Oriente é a principal região para fornecimento de petróleo, enquanto a África Ocidental tem vindo gradualmente a tornar-se a segunda maior região. Em 2009,

50% das importações de petróleo eram provenientes do Médio Oriente e 30% de África (EIA, 2010). Embora Pequim mantenha boas relações com quase todos os países exportadores, essas duas regiões foram e são sujeitas a conflitos e guerras, o que levanta a questão sobre a confiança do fornecimento do petróleo.

Por outro lado, a insegurança do fornecimento está também envolta na questão do transporte de petróleo, nomeadamente, a rota do transporte e a forma como é transportado. Segundo Bo Kong (2005, p. 25), 93% das importações de petróleo da China são transportadas por mar, das quais 90% é transportada por petroleiros internacionais. No total 80% das importações passam pelo Estreito de Malaca. Estes dados sublinham a vulnerabilidade das importações de energia por via marítima, caracterizada pela excessiva dependência do transporte marítimo das importações e pelo facto do transporte internacional dessas mesmas importações implicar a passagem pelo Estreito de Malaca.

As ameaças e os riscos que podem advir da passagem por este Estreito elevam a vulnerabilidade energética da China. Em Novembro de 2003, o presidente chinês Hu Jintao ao comentar o problema do “dilema de Malaca” declarou que certas grandes potências podem empenhar-se em controlar o estreito, e apelou para a adopção de novas estratégias para mitigar esta vulnerabilidade (Storey, 2006, p. 4). Os Estados Unidos dominam estrategicamente o Golfo Pérsico e controlam as linhas de comunicação marítima do petróleo importado para a China. Embora um bloqueio de petróleo pelos EUA seja improvável, bloquear efectivamente o Estreito de Malaca seria impossível sem cortar também o transporte de petróleo para o Japão e para a Coreia do Sul. Esta possibilidade é apresentada como uma ameaça à segurança energética chinesa (Tunsjø, 2009, Kennedy, 2010). Como refere Jiang Shiliang “quem controla os mares, controla o mundo (...) o comando das comunicações sobre o mar é vital para o futuro e o destino da nação (...) é extremamente arriscado para uma grande potência como a China tornar-se excessivamente dependente das importações estrangeiras, sem protecção adequada” (Blumenthal, s.d). Neste sentido, alguns analistas chineses, veja-se por exemplo Zhang Wenmu em 2006, defendem que para proteger os transportes de petróleo e de outras matérias-primas é necessário que a China desenvolva programas de modernização aérea e naval, assim como uma frota marítima capaz de transportar as sua importações.

O transporte de petróleo para a China pode também ser afectado por outras ameaças, como a pirataria, riscos com acidentes no transporte e condições ambientais adversas. Até recentemente a pirataria no estreito de Malaca era uma ameaça constante, mas desde 2005, o número de ataques a embarcações por piratas tem vindo a diminuir. Enquanto em 2000, foram relatados 75 ataques, sete anos depois houve apenas três bem sucedidos e quatro tentativas de ataques por piratas

(Raymond, 2009, pp. 32 e 34). Esta diminuição deve-se principalmente a uma série de contra-medidas introduzidas pelos três estados do litoral – Malásia, Singapura e Indonésia –, no patrulhamento conjunto e coordenado da área desde 2004.

Para garantir fornecimentos ininterruptos em quantidades suficientes, Pequim tem supostamente desenvolvido uma estratégia denominada “colar das pérolas”, que consiste na ampliação do poder naval, na promoção de relações estratégicas ao longo das linhas marítimas, que vão desde o Médio Oriente ao sul do mar da China, e na construção de portos alternativos que possibilitem evitar a passagem pelo estreito de Malaca. Os portos incluem Gwadar no Paquistão, Shitte em Myanmar, Chittagong no Bangladesh, Hambantota no Sri Lanka, Laem Chabang na Tailândia e Sihanoukville no Camboja.

A RPC também tem vindo a investir na construção de linhas adicionais de importação e transporte de petróleo com os países vizinhos de forma a poder proteger as importações de uma interdição durante um possível conflito. Um desses investimentos foi acordado entre o governo de Myanmar e a RPC a 27 de Março de 2009, e inclui a construção de um oleoduto e um gasoduto entre Myanmar e a RPC. As duas infra-estruturas irão ser construídas paralelamente; partem de Kyaukryu da costa oeste de Myanmar, passam pela cidade de Ruili na província chinesa de Yunnan e terminam em Kunming. A partir de 2013, os petroleiros vindos do Médio Oriente e de África serão capazes de atravessar o Golfo de Bengala para atracar nos portos de Sittwe e Kyaukphyu de onde a sua carga será transportada até Yunnan, reduzindo-se uma distância de 1200 km.

Com o Paquistão, foi considerada a construção de um corredor energético, por onde seria conduzido petróleo e gás natural do país para a província chinesa de Xinjiang. Esta rota implicaria que os petroleiros descarregassem as cargas no porto paquistanês de Gwadar, uma instalação financiada pelo governo da China. De lá, o fornecimento de energia seria enviado para Kashi na província Xinjiang, ao longo da estrada de Karakoram, que liga o Paquistão com a China, por via rodoviária, ferroviária ou mais provavelmente, por um oleoduto.

O governo chinês também se tem preocupado em diversificar as fontes energéticas com a Rússia e a Ásia Central e em projectar a construção de infra-estruturas alternativas terrestres, que possam diminuir a insegurança dos transportes marítimos. Neste sentido, foi acordado em 2004, entre a CNPC – *Chinese National Petroleum Corporation* e a *KazMunaiGaz* (companhia estatal de energia do Cazaquistão), a construção de um oleoduto fronteiriço. O projecto foi desenvolvido em duas partes: a primeira estendeu-se desde Atasu, no centro do Cazaquistão até Alashankou, no nordeste da China, na província de Xinjiang; a segunda parte, foi construída dentro do território chinês, com direcção à refinaria Dushanzi, também em Xinjiang. O

oleoduto entrou em operação em 2006, e tem uma capacidade inicial de 10 milhões de toneladas por ano que pode ser aumentada para o dobro.

No que diz respeito à Rússia, em Abril de 2009, foi acordada a construção de um oleoduto entre os dois países, que vai ser combinado com um contrato de fornecimento de 300 milhões de toneladas durante 20 anos, a partir de 2011. O novo oleoduto será uma ramificação do oleoduto que ligará a Sibéria Oriental ao Oceano Pacífico (*East Siberia Pacific Ocean - ESPO*) e irá de Skovorodino por Mohe até Daqing, na província chinesa de Heilongjiang. A secção russa de Skorovodino-Mohe, de 676 km, foi construída pela Rússia e foi terminada em Agosto de 2010. A parte chinesa de Mohe para Daqing, de 965 km, está prevista estar operacional no final do ano.

Do ponto de vista da segurança, os projectos nos dois países de trânsito, Paquistão e Myanmar, apresentam riscos. Myanmar é governada por uma junta militar e tem problemas de separatismo étnico, nomeadamente com o movimento separatista dos Shan, grupo étnico linguisticamente relacionado com os tailandeses que habitam o nordeste do país e reivindicam a autonomia do estado Shan. Por sua vez, o Paquistão é um país com contínua instabilidade política e com ameaças de fundamentalismo islâmico. Por outro lado, o projecto que parte do porto Gwadar; desde a sua construção tem havido ataques a oleodutos que transportam petróleo do Baluchistão para Gwadar, e ataques bombistas por parte do Exército de Libertação do Baluchistão (ver Carriço, 2010). Para além disso, passará pela zona de Caxemira controlada pelo Paquistão mas reivindicada pela Índia, e terminará na província de Xinjiang, uma região que é foco de tensão étnica entre a população *uigur*, de origem turca centro-asiática, e os chineses *Han*.

Andrew S. Erickson e Gabriel B. Collins (2010, p. 91) salientam que os oleodutos projectados não aumentaram a segurança energética chinesa em termos quantitativos de importações de petróleo, porque o volume adicional transportado por estas vias será compensado pelo aumento da procura interna na RPC. Acresce que as linhas Myanmar-China e Paquistão-China não serão alternativas de fornecimento terrestres mas apenas rotas de atalhos, visto que o petróleo terá de ser transportado por via marítima até aos pontos iniciais dos oleodutos.

A Segurança Energética e a Política Externa Chinesa

De acordo com Tumoas Nirrkornen (2008, p. 15), a segurança energética é uma característica central da política externa chinesa. De facto, desde que o primeiro-ministro Li Peng considerou em 1993 como objectivo da estratégia de segurança

energética, assegurar “fornecimentos de petróleo longos e estáveis para a China” (citado em Chang, 2001, p. 233), a RPC tem procurado diversificar e assegurar o acesso aos recursos energéticos que necessita através de uma intensa diplomacia energética (*Nenggyuan waijiao*).

Segundo Bo Kong (2009, pp. 120-121), a RPC efectua três tipos de diplomacia energética, para três grupos distintos e com três objectivos diferentes. O primeiro grupo, consiste nos países produtores de petróleo. O objectivo da diplomacia para este grupo é assegurar fornecimentos de petróleo acessíveis, estáveis e seguros, assim como, alargar as oportunidades de acesso a novos investimentos pelas *National Oil Companies* (NOC) chinesas nesses mesmos países.

O segundo grupo, consiste nos países situados ao longo do corredor de transporte, nas *Surface Lines of Communications* (SLOC) e por onde passam oleodutos chineses. A diplomacia do petróleo para com estes países tem por objectivo garantir a segurança do transporte de petróleo e abrir novas rotas alternativas de transporte por esses países.

O terceiro, e último grupo, relaciona-se com os países em que os interesses e objectivos a nível da energia podem colidir com os interesses e objectivos desses mesmos e de terceiros. A diplomacia para este grupo é designada para coordenar as potenciais áreas de conflito de interesses quando perseguem os seus objectivos a nível da energia.

Dentro do primeiro grupo de países, Pequim definiu três áreas estratégicas: o Médio Oriente e o Norte de África, a América Latina e a Rússia com a Ásia Central incluída. A China procura cultivar relações com os países produtores de petróleo destas áreas, fornecendo ajuda financeira e assistência, assinando acordos de comércio livre e estabelecendo parcerias estratégicas.

A primeira iniciativa para aumentar as importações de grandes produtores de petróleo foi no Médio Oriente. Desde a década de 90 que a diplomacia do petróleo com os produtores desta região a transformou na principal origem de importações para a China. Em 1993, o Médio Oriente representava 42% do total importações, seguido pelo Sudeste asiático com 32,9%. Cinco anos depois, o Médio Oriente passa a representar 60% do total das importações de petróleo da China, enquanto o sudeste asiático diminui para 17% (*UN Comtrade*). Ao mesmo tempo, a partir de 2003, Pequim deixou de assegurar a compra de petróleo em pequenos produtores, como Oman ou o Yemen, e passou a ter como maiores fornecedores a Arábia Saudita e o Irão.

Devido à vulnerabilidade estratégica associada ao transporte de recursos energéticos do Médio Oriente através do Estreito de Malaca e à instabilidade política da região, a diplomacia do petróleo chinesa virou-se para a Rússia e para a Ásia

Central desde 2000. A região tem grande importância para a China na estratégia de diversificação de fontes e de rotas, visto que é uma área vizinha directa para o território e o transporte de petróleo pode ser feito por via terrestre. A participação no total das importações de petróleo para a China, da Ásia Central e da Rússia, é relativamente pequena, embora tenha aumentado de 7,2% em 2003 para 9,8% em 2008 (*UN Comtrade*).

Na sua relação com a Rússia, Pequim procura aceder aos vastos recursos do país, nomeadamente, às reservas localizadas na Sibéria Oriental. Todavia, devido à competição com o Japão sobre a construção e rota possível para o oleoduto que transportaria petróleo da Sibéria, a China e a Rússia só chegariam a um acordo depois de 15 anos de negociação. Seguindo as características da diplomacia do petróleo chinês, em Abril de 2009, a China conseguiu um contrato de fornecimento de 300 milhões de toneladas de petróleo russo a partir de 2011 até 2030. O acordo previa apoio financeiro chinês de 21 mil milhões de dólares às companhias estatais de energia russas, Rosneft (15 mil milhões) e Transneft (10 mil milhões).

Na Ásia Central, o Cazaquistão, é o país com maior potencial de fornecimento de petróleo à China. A cooperação a nível de energia entre os dois países foi lançada em 1997, aquando da visita do vice-presidente Li Lanqing ao Cazaquistão, e foi ampliada, com o acordo de parceria estratégica em 2005 e de cooperação estratégica para o século XXI no ano seguinte. Têm sido estabelecidos inúmeros acordos entre os dois países, sendo um dos mais importantes a construção de um oleoduto de Atyrau no Cazaquistão para a província chinesa de Xinjiang, que ocorreria em 2004.

A China tem igualmente desenvolvido as suas relações com os países africanos e da América Latina. O sucesso da diplomacia chinesa nesses continentes é demonstrado pelo aumento das suas importações, e sobretudo, no total das importações efectuadas em petróleo para a China. África, por exemplo, representava em 1998 apenas 6,2% do total das importações de petróleo, mas volvida uma década, representam 30,1% (*UN Comtrade*). Em termos de fornecimento energético, Angola e o Sudão, são os seus maiores abastecedores.

As relações na América Latina a nível energético não estão tão desenvolvidas como as no Médio Oriente e em África. A China tem aproveitado a vontade de alguns Estados de se afastarem dos interesses do EUA, para desenvolver relações bilaterais e de cooperação com países como a Venezuela e a Bolívia.

A RPC também está a explorar diplomaticamente canais multilaterais existentes, ou por ela criados, como é o caso da Organização de Cooperação de Xangai. Este organismo internacional, criado em Junho de 2001, possibilita à China um canal

multilateral através do qual pode promover a cooperação com os países ricos em petróleo da Ásia Central.

Refira-se, igualmente, que também criou outras instituições regionais para facilitar a diplomacia do petróleo multilateral em outras regiões. Por exemplo, em 2000, criou o Fórum de Cooperação China-África e, nos inícios de 2004, o Fórum de Cooperação Sino-Árabe. Com os países de língua portuguesa, Pequim criou em 2003, o Fórum de Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A diplomacia energética também funciona como um impulso importante para a adopção da medida *going out* (*Qu Chu Zou*), uma parte importante da estratégia nacional de segurança energética. O objectivo é tentar garantir fontes de petróleo no exterior através da compra de participações em mercados estrangeiros, exploração e perfuração no exterior, e construção de refinarias, gasodutos e oleodutos. Desde os finais da década de 90, a China tem encorajado as companhias nacionais - *Chinese National Petroleum Corporation* (CNPC), a *China National Petrochemical Corporation* (Sinopec), e a *China National Offshore Oil Company* (CNOOC) - a investirem no estrangeiro, através de apoio político, diplomático e financeiro. O apoio financeiro traduz-se no empréstimo preferencial de bancos estatais e comerciais, como o *China Exim Bank* e o *China Development Bank*, às companhias chinesas que investem no estrangeiro em sectores prioritários definidos pelo governo chinês, sobretudo a nível de recursos naturais.

Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível entre governos, que muitas vezes resultam em “pacotes de oferta”. Estes têm formas diferentes, consoante as políticas e o desenvolvimento económico do país receptor, sendo os mais desenvolvidos os pacotes com os países africanos, que se traduzem em “petróleo por um empréstimo”, “petróleo por infra-estruturas” e “petróleo por armas”. Em Angola, por exemplo, o país aprovou investimentos chineses nos seus recursos petrolíferos e obteve projectos de infra-estruturas realizados por companhias de construção chinesas.

Há ainda a reter que uma das formas utilizadas pelas companhias petrolíferas é a participação nos projectos de gás e petróleo estrangeiros, através da partilha de investimentos e *stocks*. Em troca, podem obter anualmente uma porção de gás ou de petróleo produzido nesses mesmos projectos. Apesar do progresso em assegurar *equity oil* (*fen'e you*) dos países estrangeiros, a maior parte desse petróleo é vendido no mercado internacional, representando apenas 28% do total da produção de petróleo da China em 2008 (AEI, 2010).

A Relação Sino-Angolana

Nos 27 anos de guerra civil em Angola, os grupos nacionalistas que tinham combatido o colonialismo português lutaram pelo seu controle, e em particular, pela sua capital a cidade de Luanda. Cada um deles foi durante esse período apoiado por potências estrangeiras - os EUA, a União Soviética, Cuba ou a RPC -, dando ao conflito uma dimensão internacional.

O envolvimento da China em Angola remonta aos primeiros anos da luta anti-colonial, através do apoio aos três principais movimentos de libertação: Movimento para a Libertação de Angola (MPLA), União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) e Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA).

A 12 de Janeiro de 1983, a RPC e a República de Angola estabeleceram relações diplomáticas formais. O primeiro acordo comercial foi assinado em 1984 e seguido, três anos mais tarde, pela criação de uma Comissão Económica e Comercial Mista. As relações melhoram gradualmente na década de 90, e Angola tornou-se o segundo maior parceiro comercial da China em África, depois da África do Sul no final da década, sobretudo devido à cooperação na área da defesa.

Até 2002, devido à situação volátil de Angola, o relacionamento entre os dois países foi dominado pela cooperação militar. Com o fim da guerra civil e com a pautada aproximação dos dois países, o sector económico passa a dominar as relações sino-angolanas. Por seu turno, a relação bilateral vai desenvolver-se e materializar-se no que Ennes Ferreira (2008, p. 299) denominou “casamento de conveniência perfeito”. A necessidade da reconstrução física do país depois de 27 anos em guerra, particularmente das suas infra-estruturas, coincidiu com o lançamento da política *goint out* chinesa. A China surgiu como o parceiro ideal, com importantes reservas financeiras e uma necessidade imperativa de matérias-primas, entre as quais o petróleo. Angola tinha dificuldades de financiamento com as instituições internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, e Pequim vai aparecer com um pacote de empréstimos irrecusável. O financiamento chinês embora caucionado pelo petróleo, apresentava vantagens sobre as condições do FMI, ao ser um negócio de longo prazo com taxas consideradas atractivas e não associar condições políticas - gestão transparente, reformas ou segurança ambiental - às garantias do empréstimo. Para além disso, permitiria a Angola novas oportunidades de negócios, comércio, tecnologia e conhecimento. À China possibilitaria aceder à exploração petrolífera de Angola.

A cooperação entre os dois países tem aumentado e é caracterizada pelas visitas bilaterais constantes de altos dignitários estatais. Da parte de Angola salienta-se a visita à China do antigo primeiro-ministro Piedade dos Santos em 2006 e as duas

visitas do Presidente José Eduardo dos Santos em 2008. Da parte da China visitaram Angola altos dignitários como o vice primeiro-ministro Zeng Peiyan, em Fevereiro de 2005, o primeiro-ministro Wen Jiabao, em Junho de 2006, o ministro do comércio Chen Deming em Janeiro de 2009, o vice-ministro do comércio Jiang Zengwei, em Março de 2009, e o vice-presidente Xi Jinping 19 Novembro de 2010.

Os Recursos Petrolíferos de Angola e o Apetite Insaciável da China

Em 2007, Angola aderiu formalmente à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), assumindo a presidência da organização a 1 de Janeiro de 2009. Nesse mesmo ano, produziu 1.82 milhões de barris diários de crude, ultrapassando a Nigéria. Actualmente é o maior produtor de petróleo na África subsaariana, o sétimo entre os membros da OPEP, e o décimo quinto a nível mundial.

As primeiras jazidas de petróleo em Angola foram descobertas nos arredores de Luanda, a 13 de Abril de 1955, e foram precisos menos de 20 anos para que a indústria petrolífera se tornasse a maior fonte de receitas (Alves, 2007: 61). O sector petrolífero tem um papel de extrema importância na economia angolana, ao representar 90% das exportações e 89% do seu PIB (EIA, 2010). Os responsáveis angolanos declararam que as reservas de petróleo bruto do país atingiram os 12,6 mil milhões de barris, valor superior aos 9,5 mil milhões de barris apresentado pelo *Oil and Gas Journal* (OGJ), em Janeiro de 2010.

A exploração de petróleo está distribuída ao longo de três principais bacias sedimentares costeiras: bacia do Congo (englobando Cabinda), bacia do Kwanza e bacia do Namibe, que fazem parte da bacia marginal do Atlântico Sul. As maiores reservas petrolíferas estão localizadas em blocos *offshore*, em parte porque a exploração *onshore* foi limitada devido à guerra civil. No entanto, existem reservas provadas *onshore* perto da cidade de Soyo e na província de Cabinda. Apesar das limitações impostas pela OPEP, projecta-se que a produção e a capacidade de petróleo angolano aumente, à medida que novos projectos *offshore* sejam desenvolvidos e que os investimentos estrangeiros continuem a fluir no sector. Segundo dados da Agência Internacional de Energia (EIA, 2010) a capacidade de produção de Angola poderá atingir um pico de 2,5-3 milhões de barris por dia em 2015.

Sendo a procura energética o factor que mais condiciona a aproximação chinesa ao mercado angolano, compreender-se-á que a China não se limite a comprar petróleo mas também invista directamente na indústria extractiva angolana. Dois meses depois do crédito concedido pelo *Exim Bank* em 2004, a China adquiriu a primeira participação na indústria petrolífera angolana. Através de uma

parceria com a companhia que gere os recursos de hidrocarbonetos em Angola, a Sonagol, a Sinopec conseguiu aceder a 50% do Bloco 18. Esta aliança entre as duas empresas resultou na criação da *Sonangol Sinopec International Limited* (SSI). Esta *joint-venture* detida na sua maioria pela Sinopec (55%), tem como parceiros a *Beiya* (agora *Dayuan*) *International Development Ltd* e a *China Sonangol International Holding Ltd*, com 31,5% e 13,5% respectivamente.

Após a Sinopec ter conseguido aceder pela primeira vez ao *equity oil* angolano, o vice primeiro-ministro Zeng Peiyan visitou Luanda entre 25 e 27 de Fevereiro de 2005, onde assinou nove acordos de cooperação, cinco governamentais e quatro empresariais relacionados com a energia. Na primeira categoria, foram rubricados dois acordos entre a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma e o Ministério do Petróleo e o Ministério da Geologia e Minas angolano, quatro acordos de cooperação em energia, minas e infra-estruturas e um memorando de compreensão para criar uma comissão neste tópico. Nos acordos empresariais em energia salienta-se o contrato de fornecimento 40.000 b/d de petróleo por um período de sete anos da Sonangol com a Sinopec, e a assinatura entre as duas empresas de um acordo que visava definir a metodologia de trabalhos e as regras para cooperarem juntas no estudo de exploração dos Blocos 3 (05) e 3 (05A) e o desenvolvimento do projecto de refinaria do Lobito (Sonaref).

Este projecto em que a Sonangol detinha 70% e a Sinopec 30% do capital da refinaria, teria a capacidade, numa primeira fase, de tratar 120 mil barris de petróleo por dia, e numa segunda podia atingir os 250 mil barris diários. Avaliado em cerca de 3.7 mil milhões de dólares foi projectado para ser começado em finais de 2007, por diversas fases, com a nova refinaria a funcionar em 2011.

A 16 de Março de 2006, a Sonagol EP, uma filial do Grupo Sonangol, assinou o acordo com a Sinopec para desenvolver a Sonaref. O projecto da refinaria do Lobito era um objectivo na agenda do governo angolano anterior à assinatura do acordo entre a companhia angolana e chinesa. Angola possuía apenas uma refinaria, construída na década de cinquenta nos arredores de Luanda, cuja capacidade estava limitada a 65 mil barris por dia, o que era manifestamente insuficiente para cobrir a crescente procura de combustíveis. A construção desta nova refinaria permitiria resolver o problema do abastecimento de combustíveis ao mercado angolano, que a Sonangol estava a resolver com o recurso à importação.

A possibilidade da participação da Sinopec no *downstream* angolano terminou em Março de 2007, quando as negociações entre as duas companhias envolvidas no projecto foram encerradas, perante o desacordo na escolha do mercado. A Sinopec estava interessada em fornecer para o mercado chinês enquanto a Sonangol mostrava-se mais inclinada para o mercado regional e ocidental. Acresce que numa

informação colocada no site da Sonangol, o objectivo da Sonaref era controlar 50% do mercado regional e exportar o excesso para mercados internacionais, nomeadamente, EUA e Europa.

Apesar da Sinopec não ter avançado com o projecto, continuou a expandir a sua participação no sector do petróleo angolano. Em Junho de 2009, a Sinopec e a *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* adquiriram individualmente da *Marathon Oil Corporation* 20% da participação dos juros no contrato de partilha de produção no Bloco *offshore* 32 angolano.

Em Março de 2010, a Sinopec adquiriu uma participação de 55% na SSI, no Bloco 18 de prospecção de petróleo em Angola, uma transacção de 2.46 mil milhões dólares (Yvonne Lee, 2010). A compra foi feita à empresa mãe do grupo chinês, a *China Petrochemical Corporation*, parceira da Sonangol em Angola. A Sinopec passou a deter 27,5 % do Bloco 18, através da *Sonangol Sinopec International*.

A acção da Sinopec no sector do petróleo angolano é inferior a outras grandes companhias, sobretudo por não possuir especialistas e capacidade tecnológica de exploração em águas ultra-profundas. Todavia, num espaço de seis anos conseguiu ter algum sucesso na produção do *equity oil* angolano, um dos objectivos da diplomacia energética da China.

Segundo os dados do relatório da Chatham House *Thirst for African Oil Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola* (2009, p. 44) o total do *equity oil* da Sinopec através do SSI é: 11% do Bloco 15 (06), 15,125% do Bloco 17 (06), 22% do Bloco 18 (06), 13,75% do Bloco 3 (05) e 3 (05A), e 27,5% do Bloco 18.

A produção em Angola de *equity oil* pela China ainda está abaixo do seu potencial. A grande participação continua a ser o Bloco 18, sobretudo com a entrada em operação a 1 de Outubro de 2007, do Grande Plutónio. Este poço tem uma capacidade de produção de cerca de 200.000 barris de petróleo por dia. Em 2008, no segundo ano da produção, tinha uma capacidade de 55.4 milhões de barris, produzindo uma média de 150.000 b/d (barris por dia) (EIA, 2010).

As maiores descobertas nos blocos 15/06 e 17/6 foram feitas em Outubro de 2009 e Junho de 2010, estando os dois blocos ainda na fase de pré-desenvolvimento. Actualmente, o 15/06 é Bloco com maior reservas onde a Sinopec participa. Com um potencial de exploração de petróleo de 3.5 mil milhões de barris diários descobertos e uma produção de 600 mil barris, o bloco contabiliza cinco poços de petróleo, incluindo o Cabaça Norte, Sangos e Ngoma-1, além dos poços Nozanza e Cinguvu-1 (Angola Notícias, 1 de Março de 2010).

As petrolíferas chinesas têm vindo a procurar assegurar posições na produção do petróleo angolano. Neste ano vai ser lançado um concurso internacional para várias concessões no *offshore* e *onshore* angolano, estando já qualificadas empresas

chineses, inclusivamente em parceria com a Sonangol. A Sinopec está qualificada como operadora e a *Sonangol Sinopec International* como não-operadora. Contudo, na lista de potenciais operadores está também a *Addax Petroleum*, empresa adquirida pela Sinopec em Junho de 2009, por sete mil milhões de dólares.

Comércio Bilateral entre a China e Angola: A Importância do Petróleo

O crescimento rápido do comércio bilateral é uma consequência directa do aumento das importações de petróleo angolano para a China. Entre 2002 e 2008, não só a Angola passou a ser o maior parceiro comercial da China em África, como a China foi elevada a maior parceiro comercial de Angola, ultrapassando os Estados Unidos como principal destino das exportações angolanas.

Nos últimos oito anos o valor do comércio entre a China e Angola, teve um aumento substancial, especialmente, após o empréstimo concedido em 2004, de 4.5 mil milhões de dólares, para financiamento do desenvolvimento de infra-estruturas. Durante o ano de 2008, Angola passou a ser o maior parceiro comercial da China em África e o segundo ao nível mundial com trocas comerciais avaliadas em 25.3 mil milhões, o que representa um aumento de 79% em relação ao total do comércio de 2007 (*Xinhua*, 2009).

Grande parte do comércio bilateral, assenta nas importações de petróleo para a China que representavam 72% do total das trocas comerciais em 2008. Em 2007, a China passou a ser o principal destino das exportações de petróleo angolano, absorvendo 29% do valor total das exportações, atingindo um valor de 11.166 milhões de dólares, suplantando a decorrente venda de petróleo aos Estados Unidos, o qual alcançou, naquele ano, os 10.164 milhões de dólares (Ministério do Petróleo Angolano, 2008: 15).

Em 2004, Angola era o terceiro maior fornecedor de petróleo para a China, depois da Arábia Saudita e do Irão. No ano seguinte, ultrapassa o Irão e posiciona-se como segundo maior fornecedor. Após a concessão da primeira linha de crédito pelo *Exim Bank* em 2004, Angola tem temporariamente substituído a Arábia Saudita como principal fornecedor de petróleo. A primeira ocasião ocorreu nos primeiros nove meses de 2006, com a exportação de 94 milhões de barris de petróleo para a China, ou seja, 18,2% do total das importações petrolíferas chinesas nesse período (Jornal de Negócios, 2006).

No primeiro trimestre de 2008, Angola voltou a ser o maior fornecedor de petróleo da China, abarcando 18% do total das importações.. As exportações de petróleo angolano que atingiram um total de 8,48 milhões de toneladas, ultrapas-

saram os 8,18 milhões de toneladas exportados pela Arábia Saudita (Angola Notícias, 2010). Já em 2009, Angola foi o segundo maior fornecedor de petróleo da China, posicionando-se logo depois da Arábia Saudita e assegurando cerca de 15% das importações chinesas desta matéria-prima.

A terceira ocasião ocorreu no primeiro semestre de 2010, quando Angola exportou para a China 3,99 milhões de toneladas de petróleo, o que correspondeu a mais de 19% do total das importações chinesas (Lusa, 2010).

Angola conseguiu ser o maior fornecedor de petróleo da China num momento em que as empresas chinesas têm procurado consolidar participações no *offshore* angolano. O reforço da sua posição nas importações chinesas de petróleo tem a ver com o aumento da quantidade transaccionada entre os dois países e com a própria valorização das ramas de petróleo mais "doces", características de África. As refinarias chinesas foram configuradas para petróleo nacional que tende ser mais baixo no teor do enxofre, tornando o petróleo "doce" angolano mais atractivo, embora mais caro que o petróleo do Médio Oriente.

As importações angolanas da China têm vindo a aumentar nos últimos anos, destacando-se o período de 2007 e 2008, em que a China passou de quarta para a segunda maior fonte de importações de Angola. No primeiro trimestre de 2010, a RPC foi o principal parceiro comercial de Angola, com um crescimento de 45,7%. A China foi a origem de 40% das mercadorias que entraram em Angola, ou seja, um total de 959 mil toneladas de produtos diversos chineses (Conselho Nacional de Carregadores Angolano, 2010, p. 32).

Para Ana Cristina Alves (2010, p. 9), estas importações são de certa forma um efeito colateral do petróleo. Isto, porque mais de dois terços das importações provenientes da China assentam em materiais de construção e equipamentos utilizados na reconstrução de Angola, tais como aço, ferro em barrae e cimento. Por sua vez, a reconstrução é financiada pelos "empréstimos por petróleo" concedidos desde 2004. Angola mantém uma balança comercial muito favorável em relação à China. Mesmo com o crescimento das importações angolanas, o volume de exportações de petróleo suplanta largamente os produtos adquiridos por Angola, de que resulta um substancial *superavit*.

Nos próximos anos as perspectivas de desenvolvimento bilateral são prometedoras, quer pelos baixos preços e o tipo de produtos procurados pelo mercado interno angolano, quer pelo aumento do consumo de petróleo projectado para a China, o que permitirá consolidar Angola como um dos principais fornecedores desta matéria energética ao gigante asiático.

A Cooperação Chinesa e o *Angola Mode*

A cooperação oficial chinesa em Angola é dominada por empréstimos de grandes bancos como o *Exim Bank* e o *China Construction Bank* (CCB) para a construção ou reabilitação de infra-estruturas. Este tipo de assistência possibilita a Pequim aceder aos recursos energéticos angolanos, e foi denominado pelo Banco Mundial de *Angola Mode*. Este modelo de "recursos por infra-estruturas" tem sido parte integrante da política da China em África e reflecte a natureza pragmática da assistência chinesa. Designado para beneficiar tanto o país credor como o devedor, foi descrito pelo jornal chinês *People's Daily* (2006) pela forma como "as empresas chinesas trazem capital, tecnologia e equipamentos necessários para a reconstrução do país após anos de guerra civil. Em troca, Angola paga às empresas chinesas com recursos".

Em 2002, o CCB e o *Exim Bank*, concederam o primeiro empréstimo de 150 milhões de dólares para a reconstrução dos caminhos-de-ferro e da rede eléctrica de Luanda, directamente a empresas chinesas a operar em Angola, sem grande intervenção do Ministério das Finanças angolano. Dois anos mais tarde, a 21 de Março de 2004, as autoridades chinesas através do *Exim Bank* concederam o primeiro financiamento a Angola no valor de 2 mil milhões de dólares para desenvolver o Programa de Reconstrução Nacional. Posteriormente, o Ministério das Finanças angolano assinou com o *Exim Bank* mais dois Acordos de Crédito nos dias 19 de Julho de 2007 e 28 de Setembro de 2007, no valor de 500 milhões e de 2 mil milhões de dólares respectivamente, para reconstrução de infra-estruturas.

Segundo Indira Campos e Alex Vines (2007, pp. 10-16), o aprovisionamento de petróleo nas condições negociadas pela China foi-lhe muito favorável, tendo em conta quão dispendiosos são os empréstimos apoiados no petróleo. Para além disso, a China conseguiu ligar ao acordo a participação das suas empresas em 70% dos trabalhos. Os restantes 30% destinavam-se a empresas privadas angolanas, numa clara aposta na sua participação, aquisição de conhecimento e desenvolvimento. O prazo de pagamento das duas primeiras linhas de crédito será de 17 anos, sendo os primeiros cinco anos de "período de carência", e reembolsada através de contratos de fornecimento de petróleo de 10.000 b/d nos dois primeiros anos e de 15.000 nos anos posteriores.

A primeira linha de crédito está a ser implementada em duas fases, cada uma no valor de mil milhões de dólares. A primeira fase, iniciada em Dezembro de 2004, envolveu a celebração de 31 contratos de reconstrução de infra-estruturas em sectores como a energia, água, saúde, educação, telecomunicações e obras públicas, para um total de 50 projectos ao longo do território. Sete empresas chinesas estão envolvidas nesta primeira fase e o maior projecto foi a reabilitação da estrada nacio-

nal que liga Luanda à cidade do Uíge (350 km). Na agricultura, os 149 milhões de dólares permitiram a aquisição de maquinaria agrícola e a reabilitação dos sistemas de irrigação em várias povoações de Luena, Caxito, Gandjelas e Waco-Kungo. No sector da saúde, a prioridade foi dada na reabilitação e alargamento dos hospitais distritais e municipais e centros de saúde. Na educação, o empréstimo foi empregue na reconstrução de escolas secundárias e politécnicas.

A segunda fase, que teve início em Março de 2007, financiará a implementação de 18 contratos, envolvendo 57 projectos, alguns dos quais estavam inseridos na primeira fase e ainda não tinham sido concluídos. Embora a educação fosse a área prioritária, esta fase incluiu também projectos na área das pescas e das telecomunicações. No domínio das pescas, o contrato assinado com uma empresa chinesa, no valor de 267 milhões de dólares, destinou-se à aquisição de 36 grandes arrastões de pesca e 3000 embarcações para a pesca industrial e artesanal, tendo como objectivo a criação de 20.000 postos de trabalho directos e 100.000 indirectos.

O crédito adicional de 500 milhões de dólares está a ser utilizado para financiar acções complementares aos projectos enquadrados na primeira fase, minimizando assim os efeitos relacionados com a deficiente preparação dos mesmos. Desses projectos destaca-se a construção de novas linhas de telecomunicações e recuperação de linhas de abastecimento e tratamento de águas, energia eléctrica e edifícios escolares.

A última linha de crédito irá financiar 100 projectos de construção, nomeadamente, edifícios escolares, hospitais, redes de energia e de águas, em condições que previam o seu reembolso em 15 anos com o acréscimo da taxa *Libor* e um adicional de 1,25% ao ano.

Em 2009, uma nova linha de crédito foi assinada em Pequim, possibilitando ao governo angolano um valor adicional de 6 mil milhões de dólares para o desenvolvimento de infra-estruturas. Tal como os créditos anteriores, esta está ligada a um contrato de fornecimento de petróleo.

Através do *China International Fund* (CIF), entidade privada com sede em Hong Kong, começou a funcionar, no final de 2004 e inícios de 2005, outra linha de crédito chinesa em Angola. Esta entidade, responde apenas perante a presidência angolana e ao contrário de outros investimentos chineses, esta assistência foi supervisionada pelo Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) de Angola. Em 2005, o CIF forneceu pelo menos 2,9 mil milhões de dólares para financiar a reconstrução do pós-guerra em Angola.

O CIF parece ter sido bem-sucedido ao posicionar-se entre os governos chinês e angolano - e entre a Sonangol e a Sinopec -, e controlar o acesso aos recursos angolanos. Para Alex Vines *et al* (2009, pp. 52-53), o CIF foi capaz de chegar a esta

posição reunindo, no início, uma equipa de quatro empresários bem relacionados que mantinham estreitas ligações com algumas agências governamentais chinesas. Graças aos seus conhecimentos, celebraram vários contratos e a posição do CIF tornou-se praticamente inatacável. No entanto, não existem provas directas de que o governo chinês controla ou detém a empresa, para o governo chinês trata-se de uma empresa privada.

Conclusão

A República Popular da China é, actualmente, o segundo maior consumidor e importador de petróleo depois dos EUA, e de acordo com dados da Agência Internacional de Energia, será o maior consumidor mundial de petróleo em 2030.

Embora a matriz energética da China seja dominada pelo carvão, o petróleo é a fonte de energia que produz nos líderes de Pequim maior insegurança energética. O aumento de consumo interno não é acompanhado pela produção interna de petróleo, que está relativamente estagnada, e a China está cada vez mais dependente do petróleo estrangeiro. Esta necessidade contínua de importações de petróleo é uma vulnerabilidade estratégica para as autoridades chinesas. Os riscos e as ameaças associados a essa dependência, como uma eventual escassez da oferta ou o aumento acentuado nos preços do petróleo são questões de grande preocupação para o governo.

A instabilidade política do Médio Oriente, a vulnerabilidade das importações marítimas de petróleo e o crescente aumento do consumo de energia, fez com que Pequim procure diversificar as fontes de aprovisionamento, em África, no Sudeste Asiático, na América Latina, na Ásia Central e Rússia, de modo a diminuir o risco de disrupção no fornecimento do petróleo.

A República de Angola, com uma produção de 1.9 milhões de barris por dia, é actualmente, o principal exportador de petróleo do continente africano e o segundo provedor de petróleo a nível mundial para a China.

O reforço da posição angolana nas importações chinesas de petróleo, não tem a ver apenas com o aumento da quantidade transaccionada, mas também pela valorização das ramas de petróleo mais “doces”, características de África. O petróleo angolano é mais atractivo, embora mais caro que o petróleo do Médio Oriente, porque é mais adequado às refinarias chinesas que foram configuradas para o petróleo nacional, que, igualmente, tende a ser mais baixo no teor do enxofre.

A acção diplomática de Pequim favorece a entrada das empresas chinesas que tem ampliado esforços para participarem no sector energético angolano. Ao mes-

mo tempo, incentiva as companhias nacionais, nomeadamente, a *China National Petrochemical Corporation* (Sinopec) a investirem em Angola, através de apoio diplomático e financeiro. O apoio financeiro traduz-se no empréstimo preferencial de bancos estatais e comerciais, como o *Exim Bank* e o *China Development Bank*, às companhias chinesas que investem em Angola em sectores prioritários, definidos pelo governo chinês, sobretudo, ao nível de recursos naturais. Por sua vez, o apoio político envolve negociações de alto nível, de governo para governo, que resultam em pacotes de oferta de “petróleo por infra-estruturas”, tendo o governo angolano aprovado os investimentos chineses nos seus recursos petrolíferos e obtendo assim projectos de infra-estruturas realizados por companhias de construção chinesas.

Do ponto de vista da segurança, Angola apresenta ameaças que podem afectar o fornecimento de petróleo angolano à China. Os factos mostram que a situação de Cabinda é uma ameaça aos trabalhadores e às empresas chinesas, exemplificando com alguns acontecimentos dos últimos dois anos: em Novembro de 2009, um técnico chinês que fazia prospecção de petróleo para a Sonangol foi sequestrado pela FLEC; depois do ataque contra a selecção nacional do Togo, a FLEC reivindicou uma emboscada a uma viatura de trabalhadores da *BGP Inc.* (uma companhia chinesa de prospecção, filial da *China National Petroleum Corp*); em Maio de 2010, o grupo separatista reivindicou um ataque contra uma coluna de veículos em que viajavam vários cidadãos chineses. Uma das consequências destes actos violentos foi a decisão da BGP em retirar os trabalhadores de Cabinda e suspender, temporariamente, a prospecção de petróleo. O Todos estes acontecimentos demonstram que o nível de ameaça em Cabinda levanta a questão sobre a confiança do fornecimento estável e contínuo do petróleo angolano.

Por outro lado, Angola não reduz a vulnerabilidade das importações marítimas de petróleo: pois o transporte de petróleo angolano continua a ser por via marítima e, além de ser mais demorado, está sujeito aos mesmos riscos e ameaças que o importado pelo Médio Oriente.

Desde que foi concedida, em 2004, a primeira linha de crédito de 2 mil milhões de dólares para reconstrução de infra-estruturas, o governo chinês tem conseguido contratos de fornecimento de petróleo angolano de longo prazo. Para além disso, num curto período de tempo, a diplomacia energética chinesa e a estratégia *going out* no país conseguiram ter sucesso. Angola foi elevada por três vezes, embora temporariamente, a principal fornecedor de petróleo de Pequim, superando a Arábia Saudita, enquanto a RPC passou a ser o principal destino das exportações de petróleo angolano, ultrapassando os EUA.

Actualmente, o petróleo é um elemento chave na relação bilateral com Angola, visto que inclui todos os aspectos do engajamento económico chinês no país: os

créditos para as infra-estruturas são revertidos em petróleo; o comércio bilateral é dominado pelas importações de petróleo para a China; e, os grandes investimentos da China no país estão direccionados para a indústria petrolífera.

Tendo em conta que existem muitos poços inexplorados em Angola, e que o consumo de energia na China irá continuar a crescer, a importância de Angola na estratégia de diversificação de fontes de aprovisionamento e na segurança energética chinesa tenderá a aumentar.

Bibliografia

- Alves, Ana Cristina, 2010. "The Oil Factor in Sino-Angolan Relations at the Star of the 21st Century", *SAIIA Occasional Paper*, 55.
- Alves, Duarte Bué, 2007. "A Presença Chinesa em África: o Caso de Angola", *Revista dos Negócios Estrangeiros*, 10, 56-77.
- Blumenthal, Dan, *Concerns with Respect to China's Energy Policy*, http://www.aei.org/docLib/20080723_ChinaEnergyStrat.pdf, (data de acesso 30/09/2010).
- Campos, Indira and Vines, Alex, 2007. "Angola and China, a Pragmatic Partnership", Working paper presented at a CSIS Conference (Center For Strategic & International Studies), *Prospects for Improving U.S.-China-Africa Cooperation*.
- Carricho, Manuel Alexandre Garrinhas, 2007. "Uma 'Pérola' perto de um mar de Petróleo: a importância do Porto de Gwadar para a China", *Revista Militar*, <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=217>, (data de acesso 20 /09/2010).
- Chang, Felix K., 2001. "Chinese Energy and Asian Security", *Orbis*, 45, 2, 221-240.
- Chen, Shaofeng, 2008. "Motivations Behind China's Foreign Oil Quest: A Perspective from the Chinese Government and the Oil Companies", *Journal of Chinese Political Science*, 13, 1, 79-104.
- Cheng, Joseph Y. S., 2008. "A Chinese View of Energy Security", *Journal of Contemporary China*, 17, 55, 297-317.
- Conselho Nacional de Carregadores Angolano, 2010. *Boletim Estatístico do 2.º Semestre*, Luanda.
- Downs, Erica Strecker, 2006. "Energy Security Series: China", *The Brookings Foreign Policy Studies*, Washington, 1-67.

- Downs Erica Strecker, 2007. "China Security: The Fact and Fiction of Sino-African Energy Relations", *China Security*, 3, 3, 42-68.
- Energy Information Administration, Novembro 2010. "Country Analysis Briefs: China", July 2009.
- Energy Information Administration, January 2010. *Country Analysis Briefs – Angola Oil*.
- Energy Information Administration, January 2010. *Country Analysis Briefs – Angola Natural Gas*.
- Erickson, Andrew S. and Collins, Gabriel B., 2010. "China's Oil Security Pipe Dream: The Reality and Strategic Consequences, of Seaborne Imports", *Naval War College Review*, 3, 2, 88-111.
- Esteves, Dilma, 2008. *Relações de Cooperação China-África: O Caso de Angola*, Coimbra: Almedina.
- Ferreira, Manuel Ennes, 2008. "Just in Angola: just a passion for oil". In Christopher Alden, Daniel Large e Ricardo Soares de Oliveira (eds.), *China Returns to Africa: A Rising Power and a Continent Embrace*, (pp. 295-317). New York: Columbia University Press.
- Hongyan, Yu, 2010. "China becomes a net coal importer in 2009", *China Daily*, 23-02-2010, http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2010-02/23/content_9490004.htm, (data de acesso 15/05/2010).
- International Energy Agency, 2009. *World Energy Outlook (WEO) 2009*.
- Kong, Bo, 2005. *An Anatomy of China's Energy Insecurity and its Strategies*, Pacific Northwest Center for Global Security: Washington.
- Kong, Bo, 2009. *China's International Petroleum Policy*, Energy and Security Series, Greenwood Publishing Group, Incorporated, Santa Barbara, 120-121.
- Lee, Yvonne, 2010. "Sinopec Enters Deepwater Angola with \$2.5B Oil Deal", *The Wall Street Journal*, (data de acesso 29/03/2010).
- Ministério dos Petróleos, 2008. *Relatório de actividades do Sector Petrolífero relativo ao ano de 2007*, Luanda.
- Nirkkorne, Tumoas, 2008. "Chinese Energy Security and the Unipolar World Integration or Confrontation?", *Pan-European Institute Electronic Publication*, 1, 1-38.

- Raymond, Catherine Zara, 2009. "Piracy and Armed Robbery in the Malacca Strait. A Problem Solved?", *Naval War College Review*, 62, 3, 31-42.
- S.A., "Sinopec deepens oil interests in Angola", *China Daily*, 13/06/2006, http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-06/13/content_616030.htm, (data de acesso 15/12/2010).
- S.A., "Sonangol compra à Daewoo cinco petroleiros", *Angola Notícias*, 1/04/2010, http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=26744, (data de acesso 2/10/ 2010).
- S.A., "Angola é o maior parceiro da China em África", *MacauHub*, 28-09-2009, http://www.ipim.gov.mo/search_detail.php?tid=12675&type_id=1280, (data de acesso 17 /12/2010).
- S.A., "China compra 94 milhões de barris de petróleo a Angola", *Jornal de Negócios*, 22/09/2006, http://angonoticias.com/full_headlines_.php?id=11659, (data de acesso 5/10/2010).
- S.A., "Petróleo: Angola é o maior fornecedor da China, ultrapassando Arábia Saudita", *Lusa*, 28/09/2010, <http://www.lusa.pt/lusaweb/user/showitem?service=310&listid=NewsList310&listpage=1&docid=11570778>, (data de acesso 5/09/2010).
- S.A., "China foi o principal parceiro comercial de Angola no 1º trimestre", *Macauhub*, 25/06/2010, http://www.ipim.gov.mo/search_detail.php?tid=16364&type_id=1432, (data de acesso 12/12/2010).
- S.A., "CNPC raises annual output of Xinjiang oil field by 274,100 tons", *China Business News*, 26/09/2010, <http://www.hktdc.com/info/mi/a/cbn/en/1X072N9U/1/China-Business-News/CNPC-Raises-Annual-Output-Of-Xinjiang-Oil-Field-By-274-100-Tons.htm>, (data de acesso 12/09/2010).
- S.A., "70% of China's offshore oil and gas reservoir called the deep South China Sea, a small Persian Gulf country", *Chinahourly*, 1/10/2010, <http://www.chinahourly.com/bizchina/3169/>, (data de acesso 6/10/2010).
- Storey, Ian, 2006. "China's Malacca Dilemma", *China Brief*, VI, 8, 4-6.
- Swartz, Spencer, 2010. "China Tops U.S. in Energy Use. Asian Giant Emerges as Nr. 1 Consumer of Power, Reshaping Oil Markets, Diplomacy", *The Wall Street Journal*, 18/06/2010, http://online.wsj.com/article/NA_WSJ_PUB:SB10001424052748703720504575376712353150310.html, (data de acesso 20/06/2010).

- Tønnesson, Stein, Kolås, Åshild, 2006. *Energy Security in Asia: China, India, Oil and Peace*, Report to the Norwegian Ministry of Foreign Affairs, International Peace Research Institute, Oslo (PRIO).
- Vines, Alex, et al., 2009. *Thirst for African Oil Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola*, Chatham House Report: London.
- Wang, Yanjia et al., 2010. "Recent development of energy supply and demand in China, and energy sector prospects through 2030", *Energy Policy*, 1-15.
- Yan, Xiaoyu, Crookes, Roy J., 2010. "Energy demand and emissions from road transportation vehicles in China", *Progress in Energy and Combustion Science*, 36, 651-676.
- Zhihong, Wan, 2010. "CNPC has huge plans for Xinjiang", *China Daily*, 20-07-2010, http://www.chinadaily.com.cn/bizchina/2010-07/20/content_11022620.htm, (data de acesso 30/09/2010).